



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO: E-04/171/100362/2018

DATA: 29/10/2018

FLS.: 322

RUBRICA: *[assinatura]*

ID 5023389-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento-SEFAZ
Centro de tecnologia da informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

Referência: Pregão Eletrônico para nº 001/2018, Contratação de serviços técnicos e especializados, contínuos, voltados para a preservação da disponibilidade “360/24/7” dos serviços da Solução Sala Cofre do PRODERJ, em funcionamento no Centro Integrado de Comando e Controle – CICC-RJ.

Assunto: RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO IMPETRADA PELA EMPRESA GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Senhor Diretor de Administração e Finanças do PRODERJ; Trata-se do pedido de IMPUGNAÇÃO impetrada pela empresa GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, temos a informar que:

DO PEDIDO

“Da violação dos itens 24.1.c.iv e 24.5 do TR (Anexo I do Edital) ao caráter competitivo, à isonomia entre as licitantes e à legalidade do certame, a ora Impugnante requer, o conhecimento da presente Impugnação e, no mérito, seja a mesma acolhida...”

DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Dado o nível de complexidade do ambiente Sala Cofre, as exigências questionadas objetivam zelar e manter em segurança, com confiabilidade garantida pelos padrões técnicos adequados ao rigor da criticidade e particularidades do ambiente, a integridade da base de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como a segurança dos sistemas, de forma satisfatória atendendo as necessidades e expectativas do Objeto do Termo de Referência e da SESEG, cedente do espaço físico a que se refere o Objeto, expresso no Termo de Cessão de Uso de Imóvel assinado em 02/02/2018 e publicado no DO de 28/03/18 e resposta da SESEG ao Ofício PRODERJ/DIT nº 061/18, em anexo.

Visam, portanto, garantir satisfatória atuação da contratada no sentido de salvaguardar a expressiva e estratégica monta de dados e informações, prezando a segurança e a continuidade dos serviços de missão crítica, conforme Justificativa do Termo de Referência e seus subitens 2.1, 2.2 e 2.3:

“2.1 - A contratação de manutenção corretiva, preventiva, objetiva garantir a disponibilidade dos serviços “360/24/7” da Solução Sala-cofre. Mostra-se primordial para a continuidade da prestação de serviços de missão crítica do PRODERJ, que são os serviços essenciais da REDE GOVERNO, proteção contínua e indispensável para o funcionamento de seus novos ativos de tecnologia da informação, conectividade e comunicação, atendendo desta forma, as exigências da solução Sala-Cofre e de sua alta disponibilidade.

2.2 - Os novos ativos, denominados neste descritivo de Legado Olímpico, são parte dos equipamentos utilizados no evento das Olimpíadas do RJ de 2016, que foram doados pela Empresa Cisco Systems e Rio 2016 ao PRODERJ.

[assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO: E-04/171/100362/2018

DATA: 29/10/2018

FLS.: 323

RUBRICA: *[assinatura]*

ID 5023389-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento-SEFAZ
Centro de tecnologia da informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

2.3 - Adicionalmente, foi cedida à Autarquia estadual pela SESEG, a sala cofre montada para atender o evento Copa de Mundo de 2014."

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO: ITEM "24.1.c.iv":

"24.1.c.iv Execução de cabeamento lógico categoria 6A e fibra óptica totalizando no mínimo 150 pontos lógicos;"

O Objeto do TR menciona dentre outros, os serviços de execução de cabeamento lógico. Estes deverão ser executados de forma a prover as adequações necessárias, na realidade do ambiente existente, para o atendimento do Termo de Referência, dentre as quais espelhamentos e pontos que atendam os equipamentos do Datacenter.

O Datacenter existente possui 360 pontos lógicos e 42 pares de fibra (item 4 – Das características gerais do Datacenter, subitem 4.1, c); O quantitativo de 150 pontos lógicos do item 24.1.c.iv é equivalente a 37,31% frente aos 402 pontos lógicos;

O item "17 - Contratação eventual de serviços" do TR descreve quais serviços serão prestados frente a prementes demandas.

Em "17, P.2, 1", é solicitada a instalação/ativação de 250 pontos lógicos para a interligação dos equipamentos existentes aos ativos de rede (Legado Olímpico e expansões); o quadro de "Prestação de Serviços por Demanda" mostra as diferentes conexões lógicas e suas respectivas expectativas de ocorrência/ano: Ponto lógico UTP "categoria 6A" (250); Fibra Óptica 10GB por Ano (20); Patch cords UTP CAT6A (350); Line cords fibra óptica OM3 (100).

Concluimos que a contratação eventual, por demanda, do item 17 do TR, nos traz um total de 970 pontos lógicos previstos. Os 150 pontos lógicos do item 24.1.c.iv correspondem a 15,46% deste informado.

Unificando as duas demonstrações, considerando a realidade existente e as quantidades previstas por demanda teremos 1.372 possibilidades de execução de conexões lógicas. Os 150 pontos lógicos do item 24.1.c.iv correspondem a 10,93%.

De acordo com os entendimentos verificados no Acórdão 1.284/2003 - Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues e Acórdão 2.383/2007- Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler:

"9.1.2.1.2. em relação à fixação dos quantitativos mínimos já executados, não estabeleça percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal extrapolação deverão estar tecnicamente explicitadas, ou no processo licitatório, previamente ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93;" (Acórdão 1.284/2003 - Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, publicado no DOU de 15/09/2003);

"a) é desarrazoada, como forma de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, a exigência em edital de percentuais mínimos superiores a 50% dos quantitativos dos itens de

[assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO: E-04/171/100362/2018

DATA: 29/10/2018

FLS.: 324

RUBRICA: *AA*

ID 5023389-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento-SEFAZ
Centro de tecnologia da informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

maior relevância da obra ou serviço (...)" (Acórdão 2.383/2007- Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, publicado no DOU de 20/11/2007).

Frente à criticidade do ambiente, da necessidade funcionamento ininterrupto do sistema que compõe a solução Sala Cofre como um todo;

Da necessidade que a Contratada tenha condições técnicas e expertise para pronto atendimento no caso de ocorrências cuja natureza, gravidade ou extensão possam ser de mensuração imprecisa, e que consiga evitar a ocorrência de eventos que comprometa o funcionamento dos serviços prestados;

Sendo a perfeita execução deste serviço citado no Objeto do TR, imprescindível para a utilização dos serviços do legado olímpico;

Frente às expectativas desta autarquia pelo perfeito cumprimento do Objeto do TR e manutenção da qualidade do ambiente cedido pela SESEG em termos definidos entre estas partes pelos Termos de Cessão de Uso de Imóvel assinado em 02/02/2018 e publicado no DO de 28/03/18 e resposta da SESEG ao Ofício PRODERJ/DIT nº 061/18, em anexo;

Frente às demonstrações, que em todos os casos descritos (37,31%; 15,46% e 10,93%) respeitam de forma segura o limite regular máximo de 50% do que será executado em conformidade com os entendimentos consolidados supracitados;

O entendimento é para que seja mantido no texto original do Termo de Referência o item contestado "24.1.c.iv".

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO: ITEM "24.5":

"24.5. Declaração concedida pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas de que a licitante possui autorização do fabricante Rittal GmbH & Co., para prestar serviços de manutenção em Salas Cofres – Rittal/Lampertz tipo B/M; visando manter a certificação existente na Sala Cofre."

Por se tratar de um ambiente físico de alta segurança, de alta criticidade, por se fazer necessária a proteção dos equipamentos e sistemas, detalhado no item "3 – Descrição Básica da Solução Sala Cofre", subitem 3.1, do TR:

"3.1- O ambiente físico seguro, solução Sala-Cofre, é um ambiente de alta segurança, que tem por finalidade a proteção dos equipamentos e sistemas contidos contra incêndio, calor, explosões, inundações, desabamentos, gases corrosivos, fumaça, vazamentos de tubulações de água, radiações magnéticas e acessos indevidos. Para tanto a CONTRATADA deverá ser capaz de preservar a qualidade, as características originais da solução Sala-Cofre, durante todo o período da prestação do serviço."

Pelo cumprimento do acordo firmado entre o PRODERJ e a SESEG, descrito no Termo de Cessão de Uso de Imóvel assinado em 02/02/2018 e publicado no DO de 28/03/18; por estar de acordo e disposto a atender o solicitado na resposta da SESEG ao Ofício PRODERJ/DIT nº 061/18, em anexo, em suas expressas orientações e expectativas, dentre as quais a Contratada



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO: E-04/171/100362/2018

DATA: 29/10/2018

FLS.: 325

RUBRICA: *[assinatura]*

ID 5023389-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento-SEFAZ
Centro de tecnologia da informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

deva preservar as características e padrão de qualidade originais da solução Sala-Cofre, salvaguardando o investimento realizado pela SESEG na aquisição da Solução Sala-Cofre, por meio de adequada manutenção, prevenção e correção do Sistema Sala-Cofre.

Ponto pacífico esta necessidade, os entendimentos proferidos no Acórdão 1474/2017 - Plenário (Representação, Relator Ministro Augusto Nardes), referido no Boletim Jurisprudência do TCU N181, sessões 11 e 12 de julho de 2017, ["Este Boletim contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCU que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado"] trata a matéria:

"Acórdão 1474/2017 – Plenário, de 12/07/2017.

Enunciado: Desde que o processo licitatório contenha a devida justificativa, é possível exigir dos licitantes, para fins de qualificação técnica, a certificação ABNT NBR 15247, com vistas à execução de serviços de manutenção de sala-cofre."

"6. De fato, como muito bem elucidado pela unidade técnica, o documento emitido pela ABNT denominado PE-047.07 – Certificação de Salas-Cofre e Cofres para Hardware, datado de maio de 2014, claramente estabelece, para fins de manutenção da certificação, que a execução da manutenção das salas-cofre deve ser realizada pela fabricante ou por representante autorizado (peça 50, p. 13).

7. Parece-me bastante razoável que o Ministério da Saúde, após contratar a solução de uma sala-cofre com a certificação ABNT NBR 15.247, prime pela manutenção da certificação quando da execução dos seus serviços de manutenção, uma vez que decidir por essa garantia em um primeiro momento já teve um custo elevado aos cofres públicos."

"9. Entendo, portanto, que cabe exclusivamente à Administração decidir sobre as especificações de segurança necessárias, porquanto somente o gestor conhece as disponibilidades orçamentárias do órgão e as reais necessidades de segurança da entidade que dirige.

10. Acrescento, inclusive, que os Acórdãos deste Tribunal que a representante colacionou, na verdade, atuam contra os argumentos defendidos na representação, na medida em que permitem à Administração optar pela aplicação da NBR 15.247 como critério de qualificação técnica das empresas interessadas, desde que o processo licitatório se faça acompanhar das razões que motivaram a decisão, não devendo ser exigência imprescindível a ponto de implicar em contratação por inexigibilidade de licitação, que não é o caso tratado nestes autos."

Temos ainda, da contratação de serviços para Sala-Cofre, o Acórdão 2.740/2015 – TCU - Plenário, rel. Min Vital do Rêgo, que trata da exigência da certificação ABNT NBR 15247:

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 04/2018, assinado em 27.03.2018. **PARTE:** DER-RJ e SILTHUR CONSTRUTORA LTDA. **OBJETO:** Serviço contínuo de conservação rotineira para a Malha Rodoviária Estadual abrangida pelos Municípios de Cordeiro, duas Barras, Macuco e São Sebastião do Alto. **PRAZO:** 360 (trezentos e sessenta) dias corridos. **VALOR:** R\$ 908.934,75. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.005553/2016.**

ID: 2095510

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 05/2018, assinado em 27.03.2018. **PARTE:** DER-RJ e SILTHUR CONSTRUTORA LTDA. **OBJETO:** Serviço contínuo de conservação rotineira para a Malha Rodoviária Estadual abrangida pelos Municípios de Cordeiro, duas Barras, Macuco e São Sebastião do Alto. **PRAZO:** 360 (trezentos e sessenta) dias corridos. **VALOR:** R\$ 1.037.407,56. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.005545/2016.**

ID: 2095511

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 06/2018, assinado em 27.03.2018. **PARTE:** DER-RJ e SILTHUR CONSTRUTORA LTDA. **OBJETO:** Serviço contínuo de conservação rotineira para a Malha Rodoviária Estadual abrangida pelos Municípios de Barra do Piraí e Valença. **PRAZO:** 360 (trezentos e sessenta) dias corridos. **VALOR:** R\$ 1.102.330,79. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.005552/2016.**

ID: 2095512

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 07/2018 assinado em 27.03.2018. **PARTE:** DER-RJ e a EMPRESA SILTHUR CONSTRUTORA LTDA. **OBJETO:** Serviço contínuo de conservação rotineira para a Malha Rodoviária Estadual abrangida pelos Municípios de Bom Jardim, Nova Friburgo, Sapucaia, Sumidouro e Trêsopólis. **PRAZO:** 360 (trezentos e sessenta) dias corridos. **VALOR:** R\$ 1.118.915,12. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.005550/2016.**

ID: 2095513

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 08/2018 assinado em 27.03.2018. **PARTE:** DER-RJ e a EMPRESA SILTHUR CONSTRUTORA LTDA. **OBJETO:** Serviço contínuo de conservação rotineira para a Malha Rodoviária Estadual abrangida pelos Municípios de Santa Madalena e Trajano de Moraes. **PRAZO:** 360 (trezentos e sessenta) dias corridos. **VALOR:** R\$ 1.052.226,02. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.005538/2016.**

ID: 2095514

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 02/2017, assinado em 28.12.2017. **PARTE:** DER-RJ e a EMPRESA IPE ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** Aquisição de 100.000ml de decolante de acrílico nº 2 para atenuação de Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro. **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR:** R\$ 3.970.000,00. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.005919/2016.**

ID: 2095515

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE TERMO**

IDENTIFICAÇÃO: Termo de Aposentamento de Reajuste de Preço. Objeto do Contrato nº 120/2014, assinado em 27.03.2018. **PARTE:** DER-RJ e a EMPRESA BASE COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. **OBJETO:** Reajuste de valor do contrato referente a 3ª periodicidade anual no valor de R\$ 134.414,52. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.007589/2017.**

ID: 2095516

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE TERMO**

IDENTIFICAÇÃO: Termo de Aposentamento de Reajuste de Preço. Referência ao Contrato nº 100/2013, assinado em 27.03.2018. **PARTE:** DER-RJ e a EMPRESA CNS - NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** Reajuste de valor do contrato referente a 1ª periodicidade anual no valor de R\$ 215.531,38. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-17/003.007587/2017.**

ID: 2095517

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
COMISSÃO DE PRAO PRESENCIAL**

AVISO
A COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL torna pública a REVOGAÇÃO dos PREGÕES PRESENCIAIS nºs 001/2017, 002/2017, 003/2017, 004/2017, 005/2017, 006/2017, 008/2017, 009/2017 e 010/2017; processos administrativos nºs E-17/003.002480/2017, E-17/003.002481/2017, E-17/003.002482/2017, E-17/003.002503/2017, E-17/003.002504/2017, E-17/003.002482/2017, E-17/003.002483/2017, E-17/003.003010/2017 e E-17/003.003717/2017 respectivamente, com base no art. 49 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

ID: 2095518

Secretaria de Estado de Segurança

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cessão de Uso de Imóvel. **PARTE:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança e o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRONERJ. **OBJETO:** A cessão de uso de espaço físico, bem como de bens móveis descritos no Anexo I, componentes do edifício denominado Centro Integrado de Comando e Controle, situado na Rua Camo Neto, s/nº, esquina com Rua Benedito Hipólito, Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.211-100. **PRAZO:** 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação deste Termo. **VALOR:** O onerosário participará, proporcionalmente, do rateio das despesas com taxas de energia elétrica, água/esgoto, serviços de detoxificação, manutenção e conservação predial, estimada sua cota parte em 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento), bem como realizará manutenção da Sala Cofre conforme especificações do fabricante, além de seguir o que determina as Normas Técnicas aplicáveis ao objeto deste termo. **DATA DA ASSINATURA:** 02/02/2018. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-09/487/143/2017.

ID: 2095519

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica nº 002/2018. **PARTE:** O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Segurança - SESEG e o MUNICÍPIO DE VASSOURAS. **OBJETO:** A Cooperação Técnica, não onerosa, que consiste no compartilhamento de equipamentos e infraestrutura de radiocomunicação, entre a SESEG e o Município de Vassouras, colaborando com o fortalecimento de uma infraestrutura de uso mútuo. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período. **DATA DA ASSINATURA:** 26 de março de 2018. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-09/467/8/2018.

ID: 2095437

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de nº 002/1200/2018. **PARTE:** Estado do Rio de Janeiro através da SESEG/PCERJ e a Empresa MI MONTREAL INFORMATICA S.A. **OBJETO:** Contratação direta por dispensa de licitação, na forma do art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, para prestação de serviço de suporte ao desenvolvimento de uma fração do Programa Delegacia Legal, por meio de ações a serem realizadas na área de Tecnologia da Informação, atividade meio da PCERJ. **VALOR:** Dê-se a este contrato o valor total de R\$ 5.973.819,65 (cinco milhões, novecentos e setenta e três mil oitocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos). **PRAZO:** O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 02/04/2018, desde que posterior a data de publicação deste extrato no DOERJ, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial da vigência, caso posterior à data conveniada na cláusula **DATA DA ASSINATURA:** 27/03/2018. **PROCESSO Nº E-09/169/014/2018.**

ID: 2095157

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

***INSTRUMENTO:** Proposta Especial nº 175/2017. **PARTE:** Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a empresa Laboratório de Prótese Vitor Diegues LTDA - CNPJ 13.261.606/0001-22. **OBJETO:** Prestação de Serviços de Próteses Odontológicas. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias corridos. **VALOR TOTAL:** R\$ 6.361,00 (seis mil trezentos e sessenta e um reais). **DATA DA ASSINATURA:** 15/03/2018. **FUNDAMENTO:** O constante do Processo Administrativo nº E-09/115/12/2017. ***Omitido no D.O. de 16.03.2018.**

ID: 2095470

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 019/2018 PMERJ - Tipo Menor Preço Unitário Por Item. **PROCESSO Nº E-09/094/57/2016.** **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE KITS DE GASTROSTOMIA PARA PEDIATRIA. **REALIZAÇÃO:** 12/04/2018, às 10:00 horas. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 83.890,00 (oitenta e três mil quatrocentos e noventa reais). **LOCAL:** www.compras.rj.gov.br. **O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação de mídia gravável na Rua Evaristo da Veiga nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.031-040.**

ID: 2095420

**Secretaria de Estado de
Administração Penitenciária**

ASSESSORIA DE INQUÉRITO

**1ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
EDITAL**

O PRESIDENTE DA 1ª COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO faz saber a servidora MARCELEIA DE SOUZA PAULA, ID. 1970553-0, que tramita neste Colegiado o Processo Administrativo nº E-21/070/175/2015 (PAD 01.16), e como se tornou REVEL, e expedido a presente citação pública, na forma do artigo 70, § 1º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, a fim de ser publicada, por 03 (três vezes) consecutivas, em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro para que compareça nesta 1ª CPIA, situada na Praça Cristiano Ottoni, s/nº (prédio relógio da Central do Brasil - sala 539, telefone 2334-6239, sede da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), no dia 13 de abril de 2018, às 11h00min, para tomar ciência dos fatos imputados, bem como apresentar defesa escrita no prazo legal de 10 dias.

ID: 2095340

Secretaria de Estado de Saúde

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2018, Processo Nº E-08/001/3826/2017, destinado ao registro de preços para a aquisição de medicamento (clorato de sódio 0,9% - solução estéril e apirrogênica - sistema fechado - 500 ml - frasco ou bolsa), para atender a coordenação de medicamentos, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou FRACASSADA.

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2018, Processo Nº E-08/001/3589/2017, destinado ao registro de preços para a aquisição de material (bisturi descartável nº 21 e bisturi descartável nº24), para a coordenação de material, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou FRACASSADA.

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2018, Processo Nº E-08/001/3685/2017, destinado ao registro de preços para a aquisição de medicamento (glicose 5% - solução estéril e apirrogênica - sistema fechado - 500 ml), para atender a coordenação de medicamentos, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou FRACASSADA.

ID: 2095466

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2018, Processo Nº E-08/001/2531/2017, destinado ao registro de preços para a aquisição de Medicamento (Salbutamol 100mcg - Spray Nasal - Frasco 200 doses), para atender a Superintendência de Assistência Farmacêutica e a Superintendência de Controle e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou FRACASSADA.

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2018, Pro-

cesso de Nº E-08/001/1240/2017, destinado ao registro de preços para a Aquisição de Medicamento (Budesônida 200mcg + inalador - cápsula inalante), para atender a Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou DESESA.

ID: 2095518

Secretaria de Estado de Defesa Civil

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 032/2018. **PROCESSO Nº E-08/007/00464/2018.** **PARTE:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e RUBRA EDITORA E GRÁFICA LTDA - EPP. **OBJETO:** Prestação de serviços gráficos em geral. **VIGÊNCIA:** De 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. **VALOR TOTAL:** R\$ 797.480,38 (setecentos e noventa e sete mil quatrocentos e sessenta reais e trinta e oito centavos). **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e 4.2301, de 12 de fevereiro de 2010, na forma do Projeto Básico. **DATA DA ASSINATURA:** 27/03/2018.

ID: 2095538

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 009/2018. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2017.** **PARTE:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e DENT SERV COMÉRCIO E SERVIÇOS CORRELATOS DE SAÚDE LTDA ME. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de INSUMOS ODONTOLÓGICOS (Itens: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 16, 18 e 20), nas Unidades sob gestão da Fundação Saúde. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ 9.964,56 (nove mil novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto Estadual nº 44.857, de 27 de junho de 2014; da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do instrumento convocatório.

PROCESSO Nº E-08/007/1576/2017. **INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preços nº 010/2018. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2017.** **PARTE:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e DENTAL UNIVERSO EIRELI - EPP. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição INSUMOS ODONTOLÓGICOS (Itens: 2, 3, 10, 13 e 14), nas Unidades sob gestão da Fundação Saúde. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ 2.082,04 (dois mil oitenta e dois reais e quatro centavos). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto Estadual nº 44.857, de 27 de junho de 2014; da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do instrumento convocatório.

PROCESSO Nº E-08/007/1576/2017. **INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preços nº 014/2018. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2017.** **PARTE:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e D-MED MATERIAL MEDICO LABORATORIAL LTDA. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de insumos laboratoriais, para a realização das análises químicas, dengue, chikungunya, meningites bacterianas, influenza e outros por biologia molecular para atendimento ao LACEN. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no D.O. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ 757.500,00 (setecentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto Estadual nº 44.857, de 27 de junho de 2014; da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do instrumento convocatório. **DATA DA ASSINATURA:** 23/03/2018. **PROCESSO Nº E-08/007/736/2017.**

ID: 2095521

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO

A DIRETORIA EXECUTIVA torna público o resultado da avaliação de desempenho dos profissionais aprovados no Concurso Público Nº 001/2011, visando determinar a prorrogação do contrato de experiência dos empregados integrantes dos quadros da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

1 - Relação dos conceitos obtidos:

ID Funcional	Conceito
6091890-7	Excelente

ID: 2095525

Secretaria de Estado de Defesa Civil

AVISO

ERRATA Nº 04
PROCESSO Nº E-27/132/52/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO CBMERJ. **NOVA DATA DE ABERTURA:** 11/04/2018, às 09h30min. **NOVA DATA ETAPA DE LANCES:** 11/04/2018, às 10h. **O Edital e as erratas encontram-se à disposição dos interessados no site:** <http://www.compras.rj.gov.br>, podendo ser retirado, de forma impressa, na Coordenação de Licitação e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, nº 45 - Centro - RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas, informações pelos Tels. (21) 2333-3084 / 2333-3085 ou pelo e-mail: pregoeletronico@cbmerj.rj.gov.br.

ID: 2095219

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 15/2018. **PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa INSTITUTO HERMES PAROIS S.A. **OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada na Realização de Exames de Densitometria Óssea, para atender aos usuários do Sistema de Saúde do CBMERJ. **VALOR:** Valor total de R\$ 75.300,00 (setenta e cinco mil e trezentos reais).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento - SEFAZ
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Nº Processo:	E-09/171/100362/17
Data:	29/10/17
Arquivado em:	328
ID	5023389-0
Rubrica	844

OF. DIT/PRODERJ Nº 061/18

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2018.

Ilmo. Senhor,
Rodrigo Xavier
Superintendente de TI
Centro Integrado de Comando e Controle - CICC

Assunto: NBR 15247 SALA COFRE CICC

Senhor Superintendente,

Considerando que o Proderj utilizará a sala cofre em regime de cessão, não tendo a propriedade da mesma;

Considerando que a sala tem a certificação ABNT NBR 15247, conforme selo afixado na porta da sala cofre;

Considerando o termo de cessão na cláusula oitava, parágrafo único, que trata genericamente de normas e cláusula décima sexta, parágrafo único que trata das condições de devolução;

Considerando que o Proderj se comprometeu através do termo de cessão, realizar a manutenção da sala cofre;

Considerando os inúmeros questionamentos em relação a este item, em cotações de preço realizadas para realização do certame para a contratação desse serviço;

Considerando os questionamentos da Assessoria Jurídica do Proderj, de entendimento do termo de cessão sobre a NBR em questão;

Gostaríamos de esclarecer a necessidade ou não de manter a certificação NBR 15247, da sala cofre, ciente do investimento realizado para obtê-la, e que não podemos alterar nenhuma característica da sala em questão sem a prévia autorização da SESEG, para prosseguirmos com o Certame.

Atenciosamente,


Maurício José Costa Santos
Diretor de Infraestrutura Tecnológica
ID 43541399

SUBSECRETARIA DE COMANDO E CONTROLE	
Recebido em:	10/09/18
Hora:	15:00h
Rubrica	10

02/PRODERJ/SEFAZ/61/2018



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Comando e Controle

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Nº Processo:	E-04/171/100362/18
Data:	29/10/18
fls:	329
ID	5023389-0
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

DESPACHO SupTIC 18092018
Ref: 01/PRODERJ/SEFAZ/61/2018

Ao Sr. Superintendente de Coordenação e Administração,

Cumprimentando-o, informo-vos que o expediente em referência deu entrada nesta SupTIC em 10/09/2018, como conteúdo de um envelope lacrado endereçado ao Superintendente. Inobstante, com o objetivo de cumprir o rito protocolar desta SSCC, o expediente foi levado ao protocolo para adequação da tramitação e inserção dos dados no sistema UPO, sendo restituído a esta SupTIC para deliberação.

O referido documento, enumera considerações arrazoadas pelo Sr. Diretor de Infraestrutura Tecnológica do PRODERJ, sem contudo, expor a integralidade do conteúdo, inviabilizando a análise técnica e conseguinte posicionamento desta Superintendência.

Inobstante, cumpre repisar a necessidade de manter a certificação NBR 15247, da sala cofre, enquanto normativa assecuratória de que o produto fabricado e instalado tem as mesmas características e qualidades do produto testado em laboratório, avaliado pela ABNT dentro de padrões e exigências internacionais, e que funcionará perfeitamente em caso de incêndio, alagamento ou outro tipo de ocorrência para a qual tenha sido testada. É a certeza de que cumprirá com sua função de proteção do hardware e dos dados em um caso fortuito ou um momento crítico. A certificação deverá ser mantida, para a proteção do alto investimento já realizado ao adquirir uma Sala Cofre certificada pela ABNT NBR 15247 e principalmente para manter a integridade das informações e dos equipamentos de TIC alocados na sala.

Informo-vos ainda, que este tem sido o posicionamento adotado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, na área de Jurisprudência e Acórdãos, como por exemplo, AC-2740- 43/15-P, número do Acórdão: 2740, ano do Acórdão: 2015, Colegiado: Plenário, Processo: 012.030/2015-5, Data: 28 de outubro de 2015, onde se delibera a respeito de um contrato de manutenção muito semelhante a este apresentado, nele são analisadas as questões da necessidade da indivisibilidade do objeto para várias empresas de manutenção e trata da necessidade de se manter a certificação ABNT NBR 15247. Segue o trecho do texto do Acórdão indicado: “[...]Ademais, a presença de múltiplos prestadores de serviços atuando no ambiente da sala-cofre traria fragilidades ao sistema, no qual deve imperar a mitigação de riscos para garantir a segurança e disponibilização

perene das informações”. Diante disso, concluiu o relator que “todas essas peculiaridades impõem à Administração o dever de zelar por esses dados, o que implica a exigência de certificações que garantam a qualidade e continuidade dos serviços prestados. Como consequência, os requisitos relacionados à comprovação de habilidade para prestar serviços que atendam à NBR 15.247. Não obstante inexistir outra empresa capaz de prover serviços específicos para as salas-cofre nos termos da NBR 15.247, outros interessados poderiam vir a obter a certificação para participar do pregão”.

Desta forma, restitui-se o presente expediente para conhecimento, opinando pelo encaminhamento do documento ao solicitante, sendo certo que esta SupTIC ateu-se a responder o último item, que solicitou esclarecimentos sobre a necessidade ou não de manter a certificação ABNT NBR 15247, da sala segura.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2018.



RODRIGO LOPES XAVIER

Superintendente de TIC

ID funcional: 4349678-4

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Nº Processo:	E-04/171/100362/18
Data:	29 / 10 / 18
Folha:	330
ID 5023380-0	Assinatura: 



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO: E-04/171/100362/2018

DATA: 29/10/2018

FLS.: 331

RUBRICA: *[assinatura]*

ID 5023389-0

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PRODERJ

DESP.DAF-539/2018

À CDL

Referência: Processo nº E-04/171/100362/2018 – Pregão Eletrônico nº 001/2018 – Centro de Tecnologia da comunicação e Informação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ.

Senhor Presidente de Comissão,

Com base nos termos do parecer exarado por Vossa Senhoria às fls.322/330 do Vol.II, **RATIFICO** o indeferimento do Recurso interposto pela empresa GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, acostados às fls. 288/316 do Vol.II do presente.

Em, 26 de novembro de 2018.

[assinatura]
RODRIGO T. FERNANDES DA ROCHA
Diretor de Administração e Finanças
ID: 5075782-2



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO: E-04/171/100362/2018

DATA: 29/10/2018

FLS.: 332

RUBRICA: *[assinatura]*

ID 5023389-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento-SEFAZ
Centro de tecnologia da informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

"Acórdão 2740/2015 – Plenário, de 28/10/2015.

Enunciado: Nas licitações de serviços de manutenção integrada de infraestrutura de datacenter, é cabível a exigência de comprovação de habilidade para prestação de serviços de acordo com a ABNT NBR 15247 (requisitos para instalação e uso de sala-cofre), como requisito de qualificação técnica, quando a magnitude e a relevância dos dados a serem tratados, justificarem a apresentação de certificações que garantam a qualidade e continuidade dos serviços prestados."

"Todas essas peculiaridades impõem à Administração o dever de zelar por esses dados, o que implica a exigência de certificações que garantam a qualidade e continuidade dos serviços prestados. Como consequência, os requisitos relacionados à comprovação de habilidade para prestar serviços que atendam à NBR 15.247, que trata de requisitos atinentes ao uso da sala cofre, vão ao encontro da busca pelo interesse público e não maculam a realização do certame."

Diante do exposto acima, o entendimento é que seja mantido no texto original do Termo de Referência o item contestado "24.5".

Os equipamentos, conforme exigências Edilícias deverão ter qualidade para darem continuidade aos serviços. A declaração do fabricante visa garantir o cumprimento desta exigência. O interesse público, como é cediço, sobrepõe-se ao interesse privado. Nesse sentido, ensina o ilustre doutrinador MARÇAL JUSTEN FILHO:

"O direito de licitar, ainda que abstrato, não é absoluto. É um direito condicionado, também na acepção definida pela doutrina processualista. O direito de licitar se subordina ao preenchimento de certas exigências, previstas na lei e no ato convocatório. Essas exigências se referem quer à pessoa do licitante quer à proposta por ele formulada. A Lei e o ato convocatório estabelecem certos requisitos como indispensáveis para a disputa. A esses requisitos podemos denominar de condições do direito de licitar. No plano não jurídico, qualquer pessoa pode ter interesse (de fato) em formular proposta de contratação à Administração Pública. O próprio interesse público exige que somente sejam consideradas propostas de contratação formuladas por quem esteja em condições de executar satisfatoriamente a proposta formulada. Como visto o princípio da igualdade não significa que a Administração Pública possa aceitar proposta formulada por quem não detenha condições de sua execução. Juridicamente, apenas é titular de direito de licitar aquele que evidenciar condições de satisfazer as necessidades públicas e preencher os requisitos previstos na Lei e no Ato Convocatório (original e sem grifos).

DA CONCLUSÃO

Ex vi do artigo 11, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005, conheço do pedido de impugnação por tempestivo, e no mérito, com lastro em todo o exposto, nego-lhe provimento, mantendo em sua plenitude, todos os termos do Edital, e do Termo de Referência, e por consequência, a abertura do certame na data de 27 de outubro do corrente, conforme disposto no instrumento convocatório.

Em, 26 de novembro de 2018.

ANDRÉ PEQUENO
Presidente da Comissão de Pregão/PRODERJ
ID: 2821094-8